



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ nº 43.035.146/0001-85
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de reais)					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	174.772	335.381	Fornecedores	34.587	20.279
Contas a receber de clientes	138.229	161.179	Empréstimos e financiamentos	63.003	48.367
Impostos a recuperar	6.275	16.956	Obrigações sociais	106.335	100.942
Despesas antecipadas	15.905	19.265	Obrigações fiscais	27.191	27.370
Partes relacionadas	1.491	1.427	Arrendamento mercantil	26.200	21.927
Outras contas a receber	8.944	27.839	Outras contas a pagar	3.638	12.452
Total do ativo circulante	345.616	562.047	Total do passivo circulante	260.954	231.337
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos	39.519	31.373	Empréstimos e financiamentos	110.877	109.065
Despesas antecipadas	14	178	Arrendamento mercantil	47.619	46.631
Impostos a recuperar	4.321	4.595	Obrigações fiscais	37.103	50.138
Outras contas a receber	11.654	197	Partes relacionadas	1.328	1.309
Depósitos judiciais	37.387	23.447	Provisão para riscos	171.058	162.390
Imobilizado	485.410	439.153	Atuarial com plano médico	43.945	48.978
Intangível	57.004	49.005	Outras provisões	193	159
Total do ativo não circulante	635.309	547.948	Total do passivo não circulante	412.123	418.672
Total do ativo	980.925	1.109.996	Total do passivo e patrimônio líquido	980.925	1.109.996

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de reais)					
	Reserva de lucros				
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 31 de dezembro de 2019	301.660	(143.210)	16.820	161.060	9.938
Incorporação Proforte S/A Transporte de Valores	200.869	-	2.302	34.530	(69)
Redução de capital	(187.267)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	191.900
Reserva legal	-	-	9.595	-	(9.595)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(127.181)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	55.124	(55.124)
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	(1.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	315.262	(143.210)	28.717	250.714	8.503
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.747
Reserva legal	-	-	3.887	-	(3.887)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(235.382)
Reversão de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(161.522)	161.522
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	5.496
Saldo em 31 de dezembro de 2021	315.262	(143.210)	32.604	89.192	13.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores ("Protege" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, serviços de vigilância, processamento e custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e serviços. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1.300, em Santo André, e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia e Distrito Federal. **2. Base de Preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os procedimentos contábeis geralmente adotados no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Protege possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso De Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. **5. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Receita de contrato com cliente:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo. **b) Instrumentos financeiros:** **i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii. Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" (quando aplicável) são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros:** A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: • Empréstimos e recebíveis. • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: • Ativos financeiros mantidos para negociação. • Ou instrumentos derivativos de "hedge". **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. Empréstimos e recebíveis - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. **iii. Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos

transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge":** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **vi. Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos no resultado quando líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32. **c. Imobilizado:** **i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Construção e benfeitorias em imóveis de terceiros 10 a 25 anos Instalações 3 a 25 anos Máquinas e equipamentos 3 a 25 anos Móveis e utensílios 5 a 10 anos Veículos 3 a 15 anos Equipamentos de informática 4 a 10 anos Armamento equipamentos de vigilância 2 a 20 anos **d) Ativos intangíveis:** **i. Marcas e patentes:** As marcas e patentes são mensurados ao custo, não sofrem amortização. **ii. Direitos de uso de software:** Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com algo gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iv. Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As marcas e patentes não são amortizadas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Direito ao uso de software 5 anos **e) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • A pouca provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando analisado o comportamento das carteiras de clientes por segmento de negócio, a exemplo das carteiras de clientes locais e corporativa. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • Inadimplência ou atrasos do devedor. • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial. • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado. **ii. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na medida em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. A Administração da Companhia não identificou indicativo de "impairment" em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **f) Benefícios a empregados:** **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020		
(Em milhares de reais)		
	2021	2020
Receita operacional líquida	1.268.155	1.327.439
Custo dos serviços prestados	(705.592)	(664.389)
Lucro bruto	562.563	663.050
Despesas operacionais		
Vendas	(16.173)	(16.489)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	429	5.184
Gerais e administrativas	(430.834)	(374.846)
Outras(despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.881)	7.958
Lucro operacional antes do resultado financeiro	114.104	284.857
Receitas financeiras	17.252	15.792
Despesas financeiras	(13.424)	(20.111)
Resultado financeiro	3.828	(4.319)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.932	280.538
Imposto de renda e contribuição social correntes	(51.162)	(92.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.977	4.179
Lucro líquido do exercício	77.747	191.900

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020		
(Em milhares de reais)		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	77.747	191.900
Lucro líquido do exercício		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	81.859	66.756
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	680	24
(Reversão) de provisão para perdas de créditos esperadas	(429)	(5.184)
Constituição de provisão para riscos	24.336	4.376
Provisão para atuarial com plano de assistência médica	3.295	2.932
Outras provisões	34	(48)
Imposto de renda e contribuição social correntes	51.162	92.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.977)	(4.179)
Juros e variações monetárias provisionadas	13.582	16.526
241.289	365.920	
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	23.379	(31.871)
Impostos a recuperar	10.955	13.609
Despesas antecipadas	3.524	(10.102)
Outras contas a receber	7.438	8.980
Depósitos judiciais	(13.940)	(1.770)
Partes relacionadas	(64)	151.014
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores	14.308	129
Obrigações sociais	5.393	7.427
Obrigações fiscais	(13.872)	(25.949)
Outras contas a pagar	(8.815)	7.352
Provisão para riscos	(15.668)	(4.240)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	253.927	480.499
Juros pagos arrendamento	(1.774)	(7.742)
Juros pagos empréstimos	(11.915)	(9.728)
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(50.504)	(98.762)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	189.734	364.267
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de imobilizado	5.425	1.026
Aquisição de imobilizado	(92.880)	(61.349)
Aquisição de intangível	(11.949)	(11.541)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(99.404)	(71.864)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos de partes relacionadas	19	68.144
Empréstimos e financiamentos captados	66.700	196.171
Empréstimos e financiamentos pagos	(50.145)	(94.451)
Pagamento de arrendamento mercantil	(32.131)	(24.265)
Dividendos pagos	(235.382)	(135.034)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(250.939)	10.565
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(160.609)	302.968
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	174.772	335.381
Saldo inicial	335.381	32.413
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(160.609)	302.968

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020		
(Em milhares de reais)		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	77.747	191.900
Varição do passivo atuarial de plano médico	5.496	(1.435)
Resultado abrangente total	83.243	190.465

são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **ii. Benefícios pós-emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, sendo a Companhia copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuintes com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. O cálculo da obrigação de plano de médico é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Arrendamentos:** A norma CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. **i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. • Ganhos/perdas em operações de "Swap". A receita e a despesa de juros são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados com itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **k) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem